



---

## **NOTA DA URIHI ASSOCIAÇÃO YANOMAMI ATAQUE A YANOMAMI NA CIDADE DE BOA VISTA/RR**

A Urihi Associação Yanomami vem a público manifestar repúdio e tristeza ao ataque contra o grupo de Yanomami que estavam na cidade de Boa Vista/RR. As informações veiculadas dizem que dois sujeitos em uma bicicleta efetuaram vários disparos em direção aos Yanomami que estavam acampados no local, e logo após fugiram, ocasionando a morte de uma mulher Yanomami, e deixando um homem Yanomami ferido, sendo socorrido e levado ao hospital, nesta sexta-feira (11/11).

Neste ato brutal, manifesta-se o preconceito estrutural da sociedade, claramente comprovado por meio de atos violentos aos povos originários diante da omissão do poder público, trazendo revolta, luto, medo e insegurança.

No caso em tela, é indiscutível que a FUNAI tem deveres específicos de ação, e não se mantenha inerte, buscando agir e disponibilizar um local adequado para receber os Indígenas que necessitarem vir a cidade.

As instituições devem cumprir o seu papel legal e constitucional, pois o cenário é grave e demanda uma atuação coordenada e integral da FUNAI, Polícia Federal e Polícia Civil, a fim de encontrar os responsáveis e punir pelo crime de ódio contra os Yanomami que estavam acampados no local de forma pacífica.

O grupo que foi cruelmente atacado pertence a Região do Ajarani, município de Caracaraí. A Região supracitada foi alvo do impacto da abertura da estrada Perimetral Norte, forçando o contato dos Yanomami com o determinado projeto, que trouxe como consequência negativa a morte de uma parcela da população que vivia no local. Esses mesmos Yanomami vivem em situação de vulnerabilidade social, e através de Ação Civil ajuizada pelo Ministério Público Federal, ficou esclarecido que é dever do Estado a responsabilidade pela qual os Indígenas se encontram.

Reafirmamos a necessidade dos nossos magistrados de fazer valer a Constituição Brasileira sobre os direitos dos povos indígenas, e o direito de recorrer à Justiça em favor de seus direitos.

Portanto, o objetivo principal deste documento é solicitar que sejam tomadas medidas urgentes visando assegurar o respeito aos direitos dos povos indígenas, de acordo com os tratados internacionais, conforme a Convenção 169 OIT e Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.